



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ANTÔNIA BEZERRA DE SOUSA

TRABALHO E SAÚDE MENTAL: um estudo bibliográfico sobre a saúde das/os
assistentes sociais durante a emergência sanitária de COVID-19

SOUSA/PB

2023

ANTÔNIA BEZERRA DE SOUSA

TRABALHO E SAÚDE MENTAL: um estudo bibliográfico sobre a saúde das/os
assistentes sociais durante a emergência sanitária de COVID-19

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

SOUSA/PB

2023

S725t

Sousa, Antônia Bezerra de.

Trabalho e saúde mental : um estudo bibliográfico sobre a saúde das/os assistentes sociais durante a emergência sanitária de COVID - 19 / Antônia Bezerra de Sousa. - Sousa, 2023.

46 f. : il.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023. "Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior." Referências.

1. Assistente Social. 2. Mundo do Trabalho. 3. Saúde Mental. 4. Saúde do/a trabalhador/a. 5. COVID – 19. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU 364.3(043)

ANTÔNIA BEZERRA DE SOUSA

TRABALHO E SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A
SAÚDE DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS DURANTE A EMERGÊNCIA
SANITÁRIA DE COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande Campus Sousa, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

Aprovada em 15/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior
Orientador



Profa. Ma. Juliana e Silva de Oliveira
Examinadora 1



Profa. Ma. Franciele da Silva Santos
Examinadora 2

SOUSA/PB
2023

DEDICATÓRIA

Dedico este meu Trabalho de Conclusão de Curso primeiramente à Deus, à minha filha Amanda Rayara, meu esposo Raimundo Dantas, aos meus pais Antônio e Maria; e meus irmãos (Ivan, Ivaldo, Edilene, Francisco, Dulcineide e Maria Aparecida) e as minhas amigas (elas saberão que estou me referindo à elas) que estiveram comigo em todos os momentos da minha vida nos últimos acontecimentos. Amo cada um de vocês e agradeço do fundo do meu coração por tudo que vocês fizeram por mim para chegar até aqui, pois sabemos as dificuldades que surgiram ao longo desse percurso.

Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível.

(Carlos Drummond de Andrade)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus por ter permitido à minha caminhada até aqui, pois somente Ele e eu sabíamos o tamanho do meu desejo em concluir esse trabalho. Era em tuas mãos que eu entregava todos os dias a realização desse sonho. Obrigada por manter minha fé viva, firme e forte em meio a tantas dificuldades!

Agradeço à minha filha Amanda Rayara por ser luz em minha vida e mesmo tão pequenina ainda, me fazer entender dia após dia o sentido da vida e saber que tudo daria certo, pois só bastava ver esses olhinhos brilhantes e esse sorriso iluminado para ter essa certeza. Ah filha, você foi minha companheira em tempo integral na escrita e conclusão desse trabalho. Minha companheira de estudos quando ainda chutava na barriga, na hora da amamentação, nas sonecas no colo, enquanto dormia, quando se distraía no meu colo assistindo “A Galinha Pintadinha”, “O Mundo Bitá” ou “Bob Zoom”. Tive que dividir meu tão pequeno tempo entre você e meus estudos e sei que quando for “gente grande” entenderá, pois tudo que a mamãe faz é pensando primeiro em você e no seu futuro, pois essa vitória é nossa. Você é minha vida todinha!

Agradeço aos meus pais Antônio e Maria por tudo que tem feito por mim e meus irmãos, que mesmo diante de tantas dificuldades, nossa educação sempre foi prioridade para vocês. Seus 07 filhos foram criados em meio a muita dificuldade, mas a educação que nos foi dada nos permitiu chegar aonde chegamos e nos tornarmos quem somos. Obrigada também por me acolherem em casa juntamente com Amanda nesse último mês para que eu pudesse dá continuidade na escrita desse trabalho. Gratidão meus pais!

Agradeço aos meus irmãos Ivan,IVALDO, Edilene, Francisco, Dulcineide e Maria Aparecida, pois vocês sem sombra de dúvidas também foram responsáveis para que eu pudesse conseguir terminar de escrever esse trabalho. Agradeço por toda ajuda e cuidado referentes à mim e a Amanda nos últimos meses. Foram várias as tentativas para conclusão desse trabalho, porém, sabemos os reais motivos de não termos conseguido de forma imediata. Vocês sempre me transmitiram força, acreditaram na minha capacidade e sempre me diziam que daria tudo certo. E deu tudo certo e no tempo que era pra ser. Vocês são anjos na minha vida, os melhores irmãos que eu poderia ter!

Agradeço ao meu esposo Raimundo Dantas, que esteve comigo em todos os momentos de 2014 para cá, principalmente contribuindo para minhas conquistas no meio acadêmico. Você sabe o quanto sempre fui grata por tudo que você sempre fez por mim, pelas vezes que foi me deixar e me buscar na faculdade, por sempre me apoiar em tudo

que me proponho a fazer, e por ter que ficar longe da nossa filha para que eu pudesse terminar a escrita desse trabalho, pois sei o quanto foi difícil para você. Gratidão!

Agradeço às minhas amigas Lavínia Gabriela, Beatriz dos Santos, Bárbara Claudino, Maria do Socorro (Mariazinha), Reniqueli Marques (Kellynha), Luana Feliciano por toda amizade, cumplicidade e conselhos. Eu amo cada uma de vocês e esse percurso sem vocês não seria a mesma coisa. Foram anos incríveis na companhia de vocês desde a sala de aula à residência, pois não me resta dúvidas que foi no quarto 02 da Residência Universitária do CCJS que vivenciamos os melhores momentos, as melhores histórias e as mais diversas experiências. Levo comigo cada momento por nós vivido e a amizade de vocês. Obrigada por tudo e por tanto minhas meninas!

Agradeço à Fernanda Meneses, que está presente em todos os momentos da minha vida desde 2011. Você é uma mulher incrível e que eu admiro muito. Você sabe o quanto é especial e importante na minha vida e o quanto fico feliz vendo você lutando por seus sonhos e conquistando seus objetivos. Você é incrível amiga!

Agradeço aos meus familiares e amigos/as que construí ao longo da vida e ao longo do curso de Serviço Social: Clara Lucena, Fátima Dantas (Letícia), Amanda Mayara, Angélica Bezerra, Érica Lima, Adelina Lima, Maria Eduarda, Ayanne Mirelle, Williene Coutinho, Vó Dasdores, Rosana Lúcia, Ana Lídia, Well, Aline Cibele, Valter Lacerda, Daniel Bezerra, Francisco Diassis, Eduardo (meu sobrinho), Marlene, Jaíne Lopes, Joyce Diniz, Flávia Queiroga e Samara Santana. Saibam que sou muito grata por cada esforço que fizeram para me ajudarem, por conselhos dados e por acreditarem em mim!

Agradeço aos demais colegas da minha turma 2018.1 pelas trocas diárias, pois vocês tornaram as manhãs de segunda à sexta-feira mais leves. Lembrarei sempre de vocês!

Agradeço aos professores que passaram pela minha jornada acadêmica e que foram de grande relevância para a minha formação, sendo: Hiago Trindade, Larissa Martins, Márcio Corrêia, Anderson Nayan, Luan Gomes, Larissa Fernandes, Suamy Soares, Mayéwe, Juliana Silva, Cibelly Michalane, Tatiana Raulino, Helmara Wanderley, André de Menezes, Ademir Vilaronga, Conceição Félix, Alessandra Geremias, Franciele Silva, e Clariça Ribeiro.

Agradeço ao meu orientador Reginaldo Pereira França Júnior por tanta contribuição e compreensão ao longo da escrita desse trabalho. Foi no ano de 2019, quando eu ainda estava no 3º período do curso, que você se virou para mim e disse que

seria meu orientador, você simplesmente acertou rsrs Ao longo desses anos pude perceber o profissional incrível que você é, mas mais importante do que isso, pude ver o ser humano de coração gigante que você é. Obrigada por tudo e por tanto, Régis!

Agradeço mais uma vez as professoras Juliana Silva e Franciele da Silva por aceitarem fazerem parte da minha banca examinadora e pelas ricas contribuições. Admiro demais vocês!

Agradeço a todos os trabalhadores/as do campus e também aos trabalhadores/as do Restaurante Universitário, em especial a Tico por tanto cuidado e zelo com todos os beneficiários do programa.

Agradeço à equipe da Creche Municipal Maria Sousa Pires, principalmente em nome da diretora Joselânia Ribeiro por ter acolhido tão bem minha filha, a professora Silmara e a monitora Jhennifer por terem cuidado com tanto carinho e zelo da minha filha nas manhãs de segunda à sexta-feira, pois desde o início soube que estaria em boas mãos enquanto eu permaneceria em casa dando continuidade a esse estudo.

Enfim, agradeço a todos aqueles que colaboraram de forma direta ou indireta para a elaboração desse trabalho. Meu muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central refletir sobre o adoecimento mental dos/as assistentes sociais durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e suas possíveis relações com as condições de trabalho. Para realizá-la lançamos mão do emprego do método materialista dialético, associado à pesquisa bibliográfica como forma de sustentar nossas análises e reflexões. Partimos do trabalho como fundante do ser social, mediado pelas determinações operantes na sociabilidade do capital, onde observou-se que a exigência da produtividade, as condições de trabalho, precários salários e contratos, associados à pressão exercida pela pandemia possibilitou quadros de adoecimento /desgaste aos/às profissionais. Neste sentido, iremos analisar o trabalho como fundador do ser social até se chegar na contemporaneidade, serão traçadas as principais transformações que se deram no mundo do trabalho nos últimos anos com a reestruturação produtiva, o quanto essas mudanças tem afetado a saúde mental dos/as trabalhadores/as e como a pandemia da Covid-19 tem atingido o cotidiano profissional e saúde mental dos/as assistentes sociais. Buscando as possíveis relações entre o adoecimento mental e condições de trabalho precárias que se acentuaram nesse período pandêmico, esta pesquisa partirá de estudos realizados por diversos autores sobre esse assunto a fim de alcançar os objetivos traçados, uma vez que visa analisar as condições de trabalho desses profissionais, entender como estes vem enfrentando esse cenário e como isso tem permeado na sua saúde física e mental. Os resultados obtidos por meio desse estudo mostraram o quanto essas transformações no mundo trabalho afetam a saúde dos/as trabalhadores/as e o quanto isso tem se intensificado com a pandemia da Covid-19.

PALAVRAS-CHAVES: Mundo do trabalho; Saúde Mental; Saúde do/a trabalhador/a; ; Assistente Social; COVID-19.

ABSTRACT

The main objective of this work is to reflect on the mental illness of social workers during the confrontation of the Covid-19 pandemic and its possible relationships with working conditions. To carry it out, we used the dialectical materialist method, associated with bibliographical research as a way to support our analyzes and reflections. We start from work as the foundation of the social being, mediated by the operative determinations in the sociability of capital, where it was observed that the demand for productivity, working conditions, precarious wages and contracts, associated with the pressure exerted by the pandemic, made possible situations of illness / exhaustion to professionals. In this sense, we will analyze work as the founder of the social being until we reach the present day, the main transformations that have taken place in the world of work in recent years with the productive restructuring will be traced, how much these changes have affected the mental health of workers and how the Covid-19 pandemic has affected the professional daily life and mental health of social workers. Seeking the possible relationships between mental illness and precarious working conditions that were accentuated in this pandemic period, this research will start from studies carried out by several authors on this subject in order to achieve the objectives outlined, since it aims to analyze the working conditions of these professionals, understand how they have been facing this scenario and how this has permeated their physical and mental health. The results obtained through this study showed how much these transformations in the world of work affect the health of workers and how much this has intensified with the Covid-19 pandemic.

KEYWORDS: world of work; Mental health; Worker's health; ; Social Worker; COVID-19.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCQs – Círculos de Controle de Qualidade

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

MTSM – Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental

OMS – Organização Mundial da Saúde

RP – Reforma Psiquiátrica

SUS – Sistema Único de Saúde

TE – Trabalho Excedente

TN – Trabalho Necessário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O TRABALHO: as origens do ser social.....	14
1.1 TRABALHO COMO FORMA DA PRÁXIS SOCIAL EM LUKÁCS.....	16
1.2 O TRABALHO E A PRODUÇÃO DO VALOR	19
1.3 TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E ALIENAÇÃO NO CAPITALISMO..	22
2. SERVIÇO SOCIAL E ESGOTAMENTO NO TRABALHO: QUAL O SENTIDO DO TRABALHO?	25
2.1 OS SENTIDOS DO TRABALHO.....	25
2.2 O SERVIÇO SOCIAL COMO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO.....	32
2.3 SAÚDE DO TRABALHADOR(A) E O TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado como “Trabalho e Saúde Mental: um estudo bibliográfico sobre a saúde das/os assistentes sociais durante a emergência sanitária de COVID-19” tem como intuito analisar como as transformações que se deram no mundo do trabalho nas últimas décadas e como estas têm afetado a saúde mental dos/as trabalhadores/as, principalmente no que se refere aos profissionais de Serviço Social, considerando o período de pandemia da Covid-19.

Esse estudo tem como objetivo geral analisar as condições de trabalho dos/as assistentes sociais durante a pandemia da Covid-19, como objetivos específicos entender de que maneira os/as assistentes sociais vem enfrentando a pandemia, investigar a possível presença de adoecimento mental relacionado ao trabalho, e identificar os principais desafios postos ao trabalho dos/as assistentes sociais durante esse período pandêmico.

A escolha do objeto de estudo desse trabalho se deu em razão de alguns fatores, uma vez que estudar a categoria trabalho é do meu interesse desde metade do curso de Serviço Social, na qual tal desejo foi aprofundado durante a disciplina Trabalho e Sociabilidade, presente na grade curricular do mesmo, exercendo a função de monitora desta logo após, e participação no projeto de pesquisa “NÓS NAS REDES: a informalidade do trabalho no complexo têxtil do município de São Bento/PB”.

Em relação a temática de saúde mental, ao parar para analisar e refletir pude perceber que se faz presente no meu convívio familiar a alguns anos, a exemplo de transtornos como ansiedade, depressão, bipolaridade, que tem se agravado ainda mais nesse contexto pandêmico, ao qual tem me impulsionado a estudar e compreender um pouco mais sobre isso.

Nos primeiros meses de propagação do vírus da Covid-19, juntamente com alguns integrantes da turma 2017.1 buscamos conhecer mais a fundo sobre o assunto e elaboramos um resumo expandido intitulado “Covid-19 e suas expressões na saúde mental dos/as trabalhadores /as: desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS)”, apresentado no I Congresso do Cuidado em Saúde Mental da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Depois disso, nos inscrevemos em alguns cursos online que trazia essa abordagem em decorrência dos quadros recorrentes de problemas mentais que vinham se ampliando em todos os âmbitos.

Durante a pandemia da Covid-19 foi executado o projeto de extensão “CUIDANDO DE QUEM CUIDA: atendimento emergencial dos/as trabalhadores/as da linha de frente no combate à COVID-19”, também coordenado pelo professor Reginaldo Pereira França Júnior, que visava justamente investigar sobre as condições de saúde mental dos/as trabalhadores/as da linha de frente mediante seu trabalho durante a pandemia da Covid-19 e oferecer uma escuta profissional acolhedora e encaminhamento das demandas colocadas aos/as profissionais envolvidos no projeto, como uma forma de contribuir no enfrentamento desse problema.

Em relação a metodologia empregada, para Gil (2008) a pesquisa social é definida “como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 26), tendo em vista que a realidade social aqui é entendida na sua amplitude, de modo que abrange todos os fatores que dizem respeito ao homem nos seus múltiplos relacionamentos tanto com os outros homens quanto com as organizações sociais. Dessa forma, a pesquisa social é utilizada nos mais diversos âmbitos das ciências sociais.

Assim sendo, nessa pesquisa será utilizado o método materialista histórico-dialético, “entendido como um método de interpretação da realidade” (GIL, 2008, p. 13), de modo que se dá a partir da própria contradição existente nela. Além disso, a escolha do mesmo se deu pelo fato de que ele tem como intuito investigar acontecimentos do passado afim de analisar sua influência na sociedade de hoje, ou seja, estuda a realidade na sua totalidade, uma vez que “os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente” (GIL, 2008, p. 14).

Nisso, com o intuito de desvelar a realidade a ser pesquisada, esse estudo partirá da essência do real, uma vez que conforme afirma Netto (2011) “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 20), ou seja, é partindo do real, do concreto, que se alcança conceitos e abstrações, de maneira que “a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável - aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador” (NETTO, 2011, p. 44).

Com isso, outro aspecto metodológico é que a investigação se dará por meio da pesquisa qualitativa, de maneira que esta não se preocupa com quantidade, mas sim com a compreensão da dinâmica das relações sociais. Nisso, “a pesquisa qualitativa trabalha

com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Ou seja, o objetivo central desse tipo de pesquisa é o “de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIES, 1991, p. 58 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34).

Sendo assim, será utilizada a pesquisa bibliográfica, na qual ela “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico” (GIL, 2008, p. 50). Portanto na nossa revisão bibliográfica vai conter livros, teses de doutorado e artigos que podem ser encontrados nas plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Assim, tem como referências nessa discussão Amarante (1995/2018); Antunes (2006/2009); Barroco (2009); Engels (2004); França Júnior (2018/ 2020); Iamamoto (2006/2010); Lessa (2006/2012); Lukács (2013); Marx (2018/2017); Matos (2020); Netto (2009); Seligmann-Silva (2010); Tumolo (2004); dentre outros autores.

Dessa forma, o trabalho se encontra estruturado em dois capítulos, na qual os mesmos destacam desde a gênese do trabalho até as mudanças que se deram na atualidade.

No primeiro capítulo tratamos sobre a gênese do trabalho como fundante do ser social, na qual se deu para satisfazer as necessidades humanas. Em seguida analisamos como se dá a apropriação do trabalho pelo modo de produção capitalista e os valores desencadeados na mercadoria. Além disso, fizemos a discussão sobre as categorias alienação e questão social, uma vez que essas se dão em meio a essa relação existente entre capital e trabalho.

No segundo capítulo analisamos sobre as mudanças que se deram no mundo do trabalho nos últimos anos, abordando sobre os modelos de produção que surgiram para maior exploração da força de trabalho. Além disso, tratamos da relação existente entre trabalho e saúde mental, de modo que as formas precarizadas de trabalho tem levado a aumentar o número de problemas mentais decorrentes de suas condições. Por fim fizemos a discussão sobre o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a e em seguida como eram vistos os problemas mentais antes da Reforma Psiquiátrica e a incidência dos mesmos nesse período pandêmico, principalmente na categoria de assistentes sociais.

Portanto, essa pesquisa servirá como um estudo para avançar nas informações sobre esses impactos que a pandemia da Covid-19 trouxe para a profissão, afim de

contribuir para pesquisas futuras referentes a essa temática, tendo em vista que os/as assistentes sociais tem um papel de extrema relevância nesse cenário, tornando-se indispensável sua atuação nesse local.

1. O TRABALHO: as origens do ser social

A temática sobre o trabalho é bastante discutida por diversos autores, na qual para se compreender sobre essa categoria é necessário partir desde sua essência até se chegar nas transformações que se deram no mundo do trabalho ao longo dos anos. Além disso, torna-se essencial entender como se deu a passagem do homem enquanto ser natural para ser social por meio do trabalho. Com base nisso, Marx afirma que:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (MARX, 2017, p. 255).

O homem era totalmente dependente da natureza, pois era dela que o mesmo buscava meios para prover sua sobrevivência. Segundo Engels (2004), foi a partir do momento que o homem passou a realizar tarefas distintas com os pés e as mãos que este passou a se desenvolver cada vez mais, surgindo logo após a necessidade de se comunicar, mudanças na alimentação que era totalmente na forma vegetal e passa a ser mista, o que possibilitou o desenvolvimento tanto físico quanto do cérebro. Além disso, conforme iam surgindo necessidades, buscava-se formas de supri-las, tais como: moradia, frio, vestimentas, dentre outras.

Diante da afirmação acima Lessa (2012, p. 185) frisa o fato de que “a fala surge porque os homens tem algo a dizer uns aos outros”. Isso acontece em meio a necessidade que eles sentem de se comunicarem uns com os outros em razão do surgimento daquilo que é considerado novo no universo dos homens, ou seja, o surgimento do trabalho. Além disso, seguindo o pensamento do referido autor é em decorrência das necessidades que começam a brotarem no vasto mundo dos homens que passa a haver tanto a gênese quanto o desenvolvimento da fala do ser social. Assim

Tanto nos momentos mais primitivos da sociabilidade como em seus estágios mais evoluídos, são as necessidades concretas, cotidianas, postas pela

reprodução social, que dão origem e direcionam o desenvolvimento da fala enquanto complexo social (LESSA, 2012, p. 189).

Em suma, para o autor em questão é esse desenvolvimento da sociabilidade que faz com que a fala “se constitua enquanto um complexo particular relativamente autônomo” (LESSA, 2012, p. 191), de maneira que sem essas duas categorias, ou seja, a sociabilidade e a fala, o trabalho não existiria, pois ambas se encontram interligadas.

Em concordância com o pensamento de Engels (2004) mencionado em um dos parágrafos anteriores sobre o desenvolvimento humano enquanto ser social, França Júnior afirma que

O salto ontológico se coloca diante de dois momentos, sendo que, no primeiro, este salto se manifesta a partir do desenvolvimento das formas de linguagem, das formas de consciência e pelo trabalho, colocando o homem na direção do ser-em-si do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita entre o ser particular e o universal [...] O segundo momento que compreende o salto ontológico se constitui pelo contínuo processo de reconciliação entre as particularidades do indivíduo e as determinações presentes diante do gênero humano, rumo à superação dos descompassos e incongruências que se lhe apresentam como inegáveis e indispensáveis formas constituintes. Pode-se considerar essa reconciliação ao longo da história como a pré-história da sociedade humana, isto é, do gênero humano (FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 578)

Assim, só foi possível essa evolução do indivíduo diante do trabalho, uma vez que o mesmo foi refinando e ao mesmo tempo sofisticando cada nova habilidade que ia surgindo em meio as atividades que desenvolvia a cada nova necessidade que se faz presente no seu dia-a-dia, fazendo com que houvesse essa diferenciação nesse novo tipo de ser que começava a se formar. Conforme o filósofo húngaro Lukács

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 35).

Dessa forma, ao passo que vai aperfeiçoando suas potencialidades até então ocultas, o homem realiza uma dupla transformação, pois a medida que transforma a natureza transforma também a si próprio. Com base nisso, “o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p. 11). Isso porque foi por meio dele que há o chamado salto ontológico, ou seja, a saída da condição de ser natural para

se tornar ser social, diferenciando-se assim dos animais. Essa diferenciação se dá pelo fato que o mesmo adquire consciência, enquanto os animais agem de maneira instintiva. Tal debate será aprofundado e explicitado no tópico seguinte.

1.1 TRABALHO COMO FORMA DA PRÁXIS SOCIAL EM LUKÁCS

O homem ao adquirir consciência em razão de sua transição enquanto ser natural para ser social em virtude do trabalho passa a efetuar uma dupla transformação, pois a medida que transforma a natureza transforma também a si mesmo. Diante de tal fato, “é necessário entender que o trabalho [...] requer o distanciamento da imediatidade latente dos instintos, pois objetiva, por meio do intercâmbio com a natureza, determinada transformação almejada, profundamente mediatizada pela satisfação das necessidades humanas, bem como ruma em direção à sua humanização” (FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 573).

Ou seja, o homem diferentemente dos animais, antes de executar uma determinada atividade já tem planejado em seu pensamento o resultado final daquela ação, pois por possuir a capacidade racional desenvolve essa potencialidade na qual denomina-se de teleologia. Já os animais diferentemente do ser social vão agir por instinto, de modo que é de sua natureza desenvolver tarefas “como um pálido momento parcial subordinado ao seu processo de reprodução biologicamente fundado e que se desenvolve segundo as leis da biologia” (LUKÁCS, 2013, p. 48). É no trabalho que se fundamenta esse salto, na qual possibilita o afastamento da existência humana das deliberações exclusivamente biológicas, e sendo dessa forma, não pode haver existência social sem o trabalho.

Assim, Marx corrobora com essa afirmação ao mencionar que

Propomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo (MARX, 2017, p. 255).

Sendo assim, a atividade teleológica ou prévia ideação é algo exclusivamente do ser humano, se tratando de projetar algo em seu pensamento antes mesmo de concretizar,

isto é, antes de realizar um processo ele já tem em mente o objetivo final. O pensamento de França Júnior reforça essa afirmativa ao destacar que “[...] a prévia ideação ou teleologia configura-se como uma categoria exclusiva do humano-genérico que, estabelecendo-se no campo das ideias e dirigindo-se à objetivação, valendo-se de determinados meios, ontologicamente considerados indispensáveis, transforma a teleologia em causalidade posta [...]” (FRANÇA JÚNIOR, 2018, p. 40), ou seja, concretiza aquilo que foi idealizado. Ao se falar de teleologia, torna-se imprescindível se falar em causalidade, pois ambas estão interligadas, na qual

Prévia ideação ou teleologia configura-se como uma categoria exclusiva do humano-genérico que, estabelecendo-se no campo das ideias e dirigindo-se à objetivação, valendo-se de determinados meios, transforma a teleologia em causalidade posta, tratando-se de uma indispensabilidade presente na relação entre humano-genérico e natureza. Teleologia e causalidade têm no trabalho elemento mediador, sustentado pela capacidade humana em reconhecer as propriedades e os princípios presentes na legalidade da natureza (FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 575).

Nessa perspectiva, na medida em que “a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo, mantendo este seu caráter mesmo quando uma série causal tem seu ponto de apoio num ato de consciência” (LESSA, 2012, p. 61), a teleologia é “por sua natureza uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que põe um fim” (LESSA, 2012, p. 61). Nisso, ambas são fundamentais e indispensáveis para a práxis, tendo em vista que sem o ato teleológico não tem como existir a objetivação e sem esta última não existiria o ser social. Nesse sentido, é de fundamental importância esclarecer o que se denomina de objetivação e qual sua real relevância. Diante disso, Lessa (2012) afirma o seguinte:

A objetivação é, segundo Lukács, o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. A “objetivação opera uma modificação do mundo dos objetos no sentido da sua sociabilização [...]” (Lukács, 1986: 361; Lukács, 1981:405). Ela articula a idealidade da teleologia com a materialidade do real sem que, por esta articulação, a teleologia e a causalidade percam suas respectivas essências, deixem de ser ontologicamente distintas. Nesse sentido, no interior do trabalho a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta (LESSA, 2012, p. 64 – 65).

Portanto, de forma mais elucidada podemos dizer que a teleologia ocorre quando se tem em mente um determinado objetivo e planejamos concretizá-lo, já a causalidade é essa própria concretização e que denominamos de objetivação. Ou seja, teleologia é quando pensamos e causalidade quando tornamos real. Desse modo, Lessa (2012, p. 65)

considera que “teleologia e causalidade são polos igualmente reais, efetivamente existentes e ontologicamente distintos. A ‘coexistência concreta’ entre elas tem lugar apenas e tão-somente em um único complexo: o trabalho”.

Ainda sobre essa característica da atividade teleológica que é própria do ser humano, segundo Barroco (2009), o mesmo passa a construir mediações cada vez mais articuladas, na qual segue crescendo o seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo, de modo que o homem não deixa de se relacionar com a natureza, uma vez que necessita dela para sobreviver, apropriando-se dos meios provenientes dela.

Nessa perspectiva, é lícito afirmar que em meio a essa dupla transformação entre o homem e a natureza, é de grande relevância entender que o homem é totalmente dependente da natureza, mas que ela não depende dele para existir. Isso significa dizer que ,“por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes” (LUKÁCS, 2013, p. 286 apud FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 573).

Logo, fica explícito que foi por meio do trabalho que houve toda essa evolução do ser humano, na qual possibilitou o aprimoramento cada vez maior de capacidades que se encontravam latentes. Baseado nisso, Lukács afirma que

[...] só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base e o seu processo de tornar-se algo autônomo se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas (LUKÁCS, 2013, p. 11).

Levando- se em consideração esse pensamento de Lukács, Lessa (2012, p. 78) declara que para nosso autor “toda posição teleológica ou é capaz de colher, na medida necessária, as conexões, relações etc. do real ou, então, não será uma posição teleológica”, pois se não houver essa aptidão de colher as determinações do real, não tem como haver essa transformação da causalidade em causalidade posta¹, pois não é somente o pensar em si que torna algo uma posição teleológica ou não, mas sim a capacidade de transformação dos nexos causais em nexos causais postos. Nesse sentido, o autor

1 De acordo com Carvalho (2002, p. 03) “compreende-se que a causalidade, o conjunto das coisas existentes, é transformada em causalidade posta, pelo ato teleológico, ou seja, o ser-em-si existente é levado à transformação num sentido preciso, fornecido pela teleologia, que só é crível de existência no interior do trabalho, que por sua vez só torna possível essa intelegibilidade quando verificamos a existência da alternativa”.

classifica as posições teleológicas em dois tipos, sendo uma primária e a outra secundária, na qual as mesmas se distinguem pelo fato de que

Posição teleológica primária é a mais originária, prototípica, que se apresenta no trabalho mais simples, produtor de valor de uso. Posição teleológica secundária tem por mediação da objetivação a consciência de outros indivíduos (LUKÁCS, 1986, p. 46-47 apud LESSA, 2012, p. 173).

Assim, pode-se observar a tamanha importância do trabalho para o desenvolvimento da práxis social, tendo em vista que este não se dá de forma individual, e sim de caráter coletivo, pois é em meio ao surgimento de necessidades de outros sujeitos que este se torna de extrema relevância para a sociedade. Em vista disso, há de se compreender que

[...] o trabalho, compreendido como uma autoconstrução sóciohistórica, se inscreve como exclusiva possibilidade posta ao e pelo homem, a partir da realização de complexas mediações e atividades que lhe possibilitam dirigir-se rumo à construção de elementos indispensáveis ao seu reconhecimento como ser social. Assim, o trabalho, “[...] a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade” (BARROCO, 2010, p. 116), situam-se como atividades mediadoras, autocriativas, universais, que possibilitam o estabelecimento das bases rumo ao refinamento social mais elevado, bem como o latente desenvolvimento de todas as potencialidades dirigidas ao humano-genérico (FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 573).

Dessa forma, sendo o trabalho fundante do ser social e responsável por essa mediação entre homem/natureza, este no princípio surgiu como forma de satisfação das necessidades humanas, a partir da construção de instrumentos que facilitasse tal processo. Logo, isso passou a ser apropriado pelo modo de produção capitalista, e o que antes era produzido para valor de uso, nesse sistema passa a ser utilizado para valor de troca, na qual tal abordagem será feita no tópico seguinte.

1.2 O TRABALHO E A PRODUÇÃO DO VALOR

Sendo o trabalho fundante do ser social e responsável por essa troca entre homem/natureza, passou então a ser apropriado pelo modo de produção capitalista como principal fonte de acúmulo de riqueza e o que antes era produzido para valor de uso passa a ser utilizado para valor de troca. Segundo Marx:

O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.

Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca (MARX, 2017, p. 97).

Antes de adentrarmos nessa discussão sobre valor de uso e valor de troca, cabe aqui destacar sobre o processo que antecede a existência de tais valores, ou seja, a mercadoria, na qual segundo Lessa esta é a relação social predominante entre os indivíduos. Além disso, baseada nessa afirmação, o autor destaca que uma sociedade mercantil tem como objetivo central a lucratividade e não as necessidades humanas.

Nisso, Lessa (2006) afirma que a atual sociedade por se tratar de ser capitalista e ter a mercadoria como principal enfoque faz de todos aqueles que fazem parte da mesma serem considerados guardiões de mercadorias, tendo em vista a função exercida por cada uma das classes sociais. Para entendermos melhor tal afirmação o autor diz que

Os da classe dominante são “guardiões do capital”, os assalariados são guardiões da sua força de trabalho, a única mercadoria que têm para vender. Todavia, como a riqueza do patrão é produzida pelo trabalhador, o capital da burguesia nada mais é que a riqueza produzida pelo operário e, assim, o capital termina revelando-se o que de fato é: a força de trabalho convertida em propriedade do burguês. No fundo, portanto, o burguês e o proletário são guardiões da mesma mercadoria sob formas diversas. Isto que vale para o burguês e o operário vale para todos os trabalhadores, entre eles os assalariados em geral. E vale também para os marginalizados e desempregados: são guardiões que são miseráveis por não conseguirem vender suas mercadorias. (LESSA, 2006, p. 235).

Ou seja, como já mencionado anteriormente, na sociedade capitalista o lucro é a ética perseguida constantemente, para que dessa maneira possa haver cada vez mais um acúmulo de riqueza. Mas, cabe salientar que antes da existência da sociedade burguesa, o dinheiro já existia, todavia, é na mesma que o fetichismo da mercadoria fica mais evidente.

Assim, é imprescindível nessa abordagem a visão dos principais estudiosos desse assunto, e entre eles estão Marx e Lukács, na qual ambos têm pensamentos que em alguns momentos se divergem, mas em outros se convergem em relação à trabalho, mercadoria, valores e demais categorias que são interligadas a essas.

Assim sendo, Marx começou sua análise pela mercadoria, sendo ele o primeiro a perceber a dualidade dos valores contidos nela. Desse modo, “Marx adotou a divisão de valor em valor de uso e valor de troca” (OURIQUES, 2009, p. 39), uma vez que toda mercadoria é composta pelo valor de uso e valor de troca. E qual seria então a diferença entre esses valores? Qual a importância deles para a mercadoria?

Para o autor Lukács (LESSA, 2012, p. 10) “o valor é puramente social [...] A essência dos valores para o mundo dos homens está em que sem eles não há atos teleologicamente postos, ou seja, sem eles não há ser social”. Conforme o pensamento do autor húngaro é por meio do trabalho que o valor é fundado, mas o surgimento dessa categoria valor não está intimamente ligado a relação “práxis/valores, mas na constante mudança do ser social” (LESSA, 2012, p. 133). Para que se possa entender melhor tal afirmativa, Lessa (2012) diz que

Sem trabalho, os valores não poderiam existir. Todavia, apenas pelo trabalho, os valores também não poderiam vir a ser [...] Os valores são portadores de determinações sociais que estão para muito além do trabalho; todavia, tal como todas essas determinações e todas as categorias sociais, também os valores apenas poderiam existir tendo por fundamento ontológico último o trabalho. (LESSA, 2012, p. 140).

É fato que se os valores têm sua origem ligada ao trabalho, os mesmos se circunscrevem na esfera da reprodução social, ou seja, nesse caráter de mudanças existente no mundo dos homens. Baseado nessa categoria do valor, Marx o dividiu em dois tipos, sendo eles o valor de uso e o valor de troca, de forma que toda mercadoria é composta por esses dois valores, mas é relevante destacar o seguinte

A mercadoria, na linguagem dos economistas ingleses, é, em primeiro lugar, "uma coisa qualquer, necessária, útil ou agradável à vida", objeto de necessidades humanas, meio de existência na mais lata acepção da palavra. A forma sob a qual a mercadoria é um valor de uso confunde-se com sua existência material tangível. [...] O valor de uso não tem valor senão para o uso, e não adquire realidade senão no processo de consumo (MARX, 2008, p. 51-52).

Ou seja, o valor de uso tem como função a satisfação das necessidades humanas, uma vez que para o capitalismo só serve quando oferece suporte no valor de troca. O valor de troca é definido como aquele “que é avaliado em dinheiro, considerado como medida” (MARX, 2008, p. 179).

Isto posto, é relevante frisar que o valor de troca se mostra mediado ao valor de uso, de modo que a “própria produção está toda organizada em função do valor de uso e não do valor de troca” (MARX, 2008, p. 79), uma vez que toda mercadoria tem esse caráter de valor de uso para que se chegue ao valor de troca, pois haverá compra se houver necessidade de consumir um determinado produto. Assim, Marx afirma que

O valor de uso de cada mercadoria, já que é objeto de uma necessidade particular, tem um valor distinto nas diferentes mãos; é um valor distinto na mão de quem o aliena como na de quem o adquire. (MARX, 2008, p. 76).

Em outras palavras o autor afirma que determinada mercadoria pode possuir caráter de valor de uso ou valor de troca dependendo da situação, uma vez que “não chega a ser mercadoria para este, salvo no momento em que é para ele valor de uso, e não se converte em valor de troca para seu próprio possuidor senão no instante em que é mercadoria para o outro” (MARX, 2008, p. 62).

Portanto, é nessa discussão existente entre valor de uso e valor de troca que entra o debate sobre trabalho geral-abstrato e trabalho concreto, pois enquanto o primeiro se refere ao gasto de energia humana e está ligado ao valor de troca, o segundo é concernente a como se dá esse gasto de energia e está relacionado ao valor de uso. Diante disso, se torna de extrema relevância adentrarmos na pauta sobre o tempo de trabalho, pois segundo o autor Ouriques (2009)

Para chegar a este ponto, é decisivo perceber o processo de trabalho e o processo de valorização que, sob condições capitalistas de produção, passam a ser um processo de valorização do valor. A jornada de trabalho também tem aqui um papel decisivo, porque, no processo de trabalho, a duração dessa jornada se divide entre uma parte necessária para a reprodução da força de trabalho – ou seja, o tempo necessário (TN) – e aquela que o capitalista se apropria gratuitamente – ou seja, o tempo excedente (TE). (OURIQUES, 2009, 44).

Ou seja, segundo Ouriques (2009, p. 44) “todo conflito existente entre patrão e empregado se resume, em última instância, à luta pelo tempo excedente”, de modo que o trabalhador busca por condições melhores de trabalho, enquanto o patrão passa a explorá-lo cada vez mais para que se possa extrair dele lucratividade por meio da mais-valia, que se dá mediante o tempo trabalhado além daquele necessário para pagar o salário do empregado.

Dessa forma fica explícito que “[...] enquanto o trabalhador se esforça no sentido de aumentar o tempo de trabalho necessário, o capitalista organiza o processo para aumentar o tempo de trabalho excedente” (OURIQUES, 2009, p. 44), pois para esse sistema o que realmente importa é o lucro acima de tudo, visando criar pessoas cada vez mais alienadas, na qual iremos nos aprofundar nesse debate no tópico seguinte.

1.3 TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E ALIENAÇÃO NO CAPITALISMO

Ao se tratar das inúmeras transformações que se deram por meio do trabalho e consagrou a saída do homem enquanto ser natural para ser social, é de primordial importância enfatizar que a medida que concedeu acesso a um ser social mais refinado, mais humano, houve também a construção de um ser mais alienado. Dito isso, torna-se fundamental a discussão do que seria vir a ser a alienação. Como afirma Tumolo, (2004)

Para Gorender, o conceito de alienação em Marx, [...] significa “o processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital (TUMOLO apud GORENDER, 2004, p. 03-04).

Ainda segundo o autor, Marx fez uso de duas palavras para explicitar esse fenômeno da alienação, sendo elas *Entäusserung* e *Entfremdung*. Nisso, “a primeira enfatiza a ideia de despossessão e a segunda enfatiza a ideia de algo que é estranho ou alheio” (TUMOLO, 2004, p. 04), pois segundo Iamamoto (2010) é esse caráter alienado desencadeado pelo capital que representa a apropriação do trabalho de outrem. Além disso

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas baseadas nos elementos materiais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro) (IAMAMOTO, 2010, p. 48).

Neste sentido, Lessa (2012) evidencia que para o autor Lukács, o que de fato dá origem ao que conhecemos e entendemos por alienação é o complexo objetivação/exteriorização, de forma que “ao transformar a natureza, o sujeito ao mesmo tempo constrói o mundo dos homens e tendencialmente eleva sua singularidade a uma individualidade crescentemente complexa” (LESSA, 2012, p. 152). Com base nessa afirmação, torna-se relevante frisar a existência de uma outra categoria que de certa maneira encontra-se interligada a da alienação, sendo ela a questão social², na qual a

² De acordo com Iamamoto (1998, p.23), a Questão Social é definida como “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

mesma expressa a contradição existente entre capital e trabalho. Mas, ao mesmo tempo que é necessário a exposição de sua definição, é imprescindível explicitar a sua gênese. De acordo com Iamamoto

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2010, p. 156).

Segundo Santos (2012) o aparecimento da questão social veio da generalização do trabalho livre em uma sociedade até então marcada por escravidão, trabalho esse que generaliza em circunstâncias históricas em que a separação entre homens e meios de produção torna-se medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. De acordo com Netto

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir tais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2009, p.153).

Foi somente a partir do século XIX com o processo de industrialização na Inglaterra que houve um aumento alarmante das expressões da Questão Social, resultando no pauperismo. Ou seja, a pobreza de forma extrema ocasionada pela relação antagonica entre capital e trabalho (Santos, 2012).

Ainda segundo Santos (2012), o ano de 1848 foi um divisor de águas na constituição da questão social, expondo de tal maneira o antagonismo existente entre as classes. A classe trabalhadora era bastante explorada, não possuía consciência de classe, era submetida a longas jornadas de trabalho. Foi somente no decorrer do século XX que a mesma percebeu que as expressões sociais advinham do modo de produção capitalista,

sendo que ao passo em que foram se intensificando as condições de exploração o cenário começou a sofrer mudanças, pois

Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas tradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (IAMAMOTO/CARVALHO, 2006, p. 126-127).

O capitalismo é responsável pelo surgimento da questão social, aprofundamento de suas expressões, formação do exército industrial de reserva, alienação, exploração. Vale lembrar que as desigualdades sociais sempre existiram na sociedade, mas isso se dava em razão do baixo desenvolvimento das forças produtivas e foi somente após o surgimento do sistema capitalista que ela passou a ser vista nas suas diferentes formas: exploração, alienação, contradição entre capital e trabalho (SANTOS, 2012).

Dessa maneira, “com a crise estrutural do capital que se instaura a partir dos anos 70, a manutenção de uma sociedade que se reproduz pela mediação da reprodução da mercadoria impõe aos seres humanos uma vida crescentemente alienada” (LESSA, 2006, p. 231), na qual iremos debater sobre esse assunto no próximo capítulo.

2. SERVIÇO SOCIAL E ESGOTAMENTO NO TRABALHO: QUAL O SENTIDO DO TRABALHO?

O mundo do trabalho tem passado por uma série de mudanças ao longo da sua evolução, principalmente nas últimas décadas, de forma que tem proporcionado a manutenção de modelos de produção que tem como objetivo o acúmulo cada vez maior de capital. Porém, fica gradativamente mais explicitado o quanto o trabalho tem propiciado interferência na saúde dos/as trabalhadores/as não apenas fisicamente, mas também mentalmente.

Para conseguirmos entender tal afirmação torna-se necessário fazer todo um trajeto que explicita qual o real sentido do trabalho, como surgiram os modelos de produção, como se iniciou a crise estrutural e suas repercussões no mundo do trabalho, de que forma essas mudanças afetam a saúde física e mental dos/as trabalhadores/as de forma geral, mas especificamente do/a assistente social. Tais afirmações serão abordadas no decorrer desse capítulo.

2.1 OS SENTIDOS DO TRABALHO

O trabalho de acordo com Barroco (2009, p. 26) é tido como “pressuposto da existência humana e forma privilegiada da práxis”, pois como já especificado no capítulo anterior, o trabalho é considerado o responsável pelo desenvolvimento do ser humano, a partir do momento que ele proporciona a saída da condição de ser natural para ser social. Além disto

As mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele, são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade (BARROCO, 2009, p. 26).

Conforme Barroco (2009), isso nos leva a entender que é essa condição ontológico-social que dá ao ser social esse caráter universal e sócio-histórico, tendo em vista que o trabalho se dá em meio a cooperação entre os homens. Dessa forma, isso só é possível em meio a interação com a natureza, pois como já elencado anteriormente e cabe aqui ressaltar, o homem transforma a natureza e a partir disso se autotransforma, pois tal processo só é possível em razão da teleologia, ou seja, o ato de projeção de um objetivo antes mesmo de sua execução, tendo em vista que é por meio desse processo que o homem adquire consciência. Nisso

A autoconsciência é um ato de autodeterminação; capacidade humana posta em movimento pelo trabalho. Ao ser capaz de autodeterminar-se o ser social evidencia sua vontade racional liberadora de sua autonomia; pode escolher entre alternativas por ele criadas, traçar o seu destino, superar limites, fazer escolhas objetivando suas capacidades e deliberações. Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, donde o papel ativo da consciência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. Esse é o núcleo gerador da liberdade e da ética (BARROCO, 2009, p. 28).

Assim, “para transformar a natureza, o homem desenvolve um certo nível de conhecimento que lhe permite saber quais são as formas apropriadas para essa intervenção” (BARROCO, 2009, p. 29), ou seja, é capaz de criar produtos que por si só não existem na natureza, mas a partir da sua intermediação passa a existir no meio social, sendo chamado de produto humano.

Essa capacidade humana passa então a ser expropriada pelo modo de produção vigente, ou seja, o modo de produção capitalista, sendo que “em face da apropriação

privada dos meios de produção e das formas pelas quais se objetiva a (re)produção da vida social, o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras” (BARROCO, 2009, p. 33). Assim fazendo com que aquele trabalho que era tido como atividade livre na sua essência, se torne algo alienador e alienante, a partir do momento que faz com que os indivíduos que o realizam, não se reconheçam nele, pois

Cria-se uma cisão entre sujeito e objeto, uma relação de “estranhamento” que permite a (re) produção de relações sociais nas quais a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a construíram, o produto da atividade humano-genérica se converte em algo que “não diz respeito” aos indivíduos singulares, o próprio indivíduo se torna objeto e os objetos passam a valer como coisas (BARROCO, 2009, p. 34).

À vista disso, torna-se indispensável afirmar que “o sentido dado ao ato laborativo pelo capital é completamente diverso do sentido que a humanidade pode conferir a ele” (ANTUNES, 2009, p. 181), pois sua busca incessante pelo acúmulo de riqueza tem ocasionado mudanças severas tanto nas formas de trabalho quanto na saúde de quem trabalha.

Diante disso, o objetivo do capitalismo é lucrar de forma exacerbada, e essa busca incessante pela acumulação de riqueza se dá em meio a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Além disso, o mundo do trabalho tem passado por uma série de transformações ao longo dos anos, na qual de acordo com França Júnior (2018) teve início a partir dos anos 1970, quando o modelo taylorista/fordista começou a vivenciar uma profunda crise por não está mais conseguindo atender as demandas da acumulação capitalista, levando ao seu esgotamento.

É de suma importância destacar que “esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que afetou fortemente o mundo do trabalho” (ANTUNES, 2006, p.178). Mas, para se entender melhor as mudanças que passaram a ocorrer, se torna imprescindível saber como se dava o processo de trabalho no modelo taylorista/fordista.

Baseado no pensamento do autor Pinto (2010), nesse modelo de produção houve a utilização da divisão de tarefas, na qual cada trabalhador era responsável pela execução de uma única função, que fosse simples, para dessa forma evitar a perda de tempo, tendo em vista que o objetivo central era a alta produtividade que acarretaria em lucratividade

para o capital. Assim, Antunes (2009, p. 43) corrobora com esse pensamento, ao afirmar que

O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido (ANTUNES, 2009, p. 43).

Dessa forma, de acordo com Antunes (2009) esse modelo de produção se permeou por várias décadas do século XX, e foi em fins da década de 1960 para o início da década de 1970 que esse modelo de produção começou a dar sinais de esgotamento, tendo em vista que

[...]começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram: 1) queda da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do Welfare State ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento; 6) incremento acentuado das privatizações, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ANTUNES, 2009, p. 31-32).

Em meio a esse conjunto de acontecimentos levou a haver a substituição do modelo taylorista/fordista pelo toyotismo, tendo em vista que houve a percepção de que ao invés de limitar somente na força de trabalho dos trabalhadores, deveriam fazer uso de novas estratégias para alavancar a lucratividade. Sendo assim, notaram que “podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão” (ANTUNES, 2009, p. 46-47), pois

O toyotismo [...] se diferencia do fordismo basicamente nos seguintes traços: 1) é uma produção muito vinculada à demanda; 2) fundamenta-se no trabalho operário em equipe; 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível; 4) tem como princípio o just in time; 5) funciona segundo o sistema de kanban; 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada [...]Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”; 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) [...] (ANTUNES, 2009, p. 56-57).

Assim, esse modelo de produção vigente busca formas de explorar e expropriar ainda mais a força de trabalho dos trabalhadores/as em meio ao uso intensificado das

máquinas, tendo em vista que trabalho que poderia ser realizado por vários trabalhadores é feito por apenas um, pois é esse modelo flexível “que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas)” (ANTUNES, 2006, p. 56).

Cabe reiterar que esse processo de agudas transformações relacionadas ao trabalho, essa substituição dos modelos de produção, essa precarização cada vez maior no mundo do trabalho, o ato de diminuir o quantitativo de trabalhadores, mas ao mesmo tempo aumentar a quantidade de trabalho é conhecido pelos autores como reestruturação produtiva, uma vez que tem acarretado inúmeros danos para a classe que vive do trabalho.

Segundo Antunes

[...] a reestruturação produtiva e suas inflexões espriam em todas as esferas da produção, submetendo os trabalhadores a condições precárias de trabalho e vida, invadindo a subjetividade do homem, ao proporcionar a insegurança dos postos de trabalho, cada vez mais pressionados pelo exército industrial de reserva de uma parcela de homens e mulheres que, para defender a subsistência, se submetem a níveis abissais de condições de trabalho (ANTUNES, 2006, p. 101).

Portanto, “a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais” (ANTUNES, 2009, p. 189), pois conforme o autor, a flexibilização, a desregulamentação, terceirização, bem como todos esses efeitos negativos mencionados anteriormente, vem se alastrando cada dia mais e isso se dá pelo fato de que “são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital” (ANTUNES, 2006, p. 176). Ou seja, isso significa dizer que o capital sozinho é incapaz de realizar sua autovalorização, e com isso precisa da força de trabalho humana.

Como bem afirma Silva (2019) “[...] mesmo com a instauração do referido modo de produção (e de sua lógica), algo que permanece: para produzir mercadorias (e, portanto, valores), continua sendo imprescindível a utilização da força de trabalho” (SILVA, 2019, p. 63). Por ser a força de trabalho fundamental dentro desse modo de produção capitalista, esse sistema pode precarizá-la e desempregar uma parte significativa dos que a vendem, porém, não pode extingui-la. Diante disso, busca métodos que fazem com que haja cada vez mais exploração, desemprego, alienação, intensificação do trabalho, precarização, mal remuneração, dentre outros efeitos danosos para quem vende sua força de trabalho. Assim sendo

Em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho (RAICHELIS, 2011, p. 421 apud FRANÇA JÚNIOR, 2018, p. 115).

Nisso, se torna fundamental a discussão relacionada a essas mudanças que se deram no mundo do trabalho e o quanto isso pode afetar mentalmente o trabalhador, pois “foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar [...] profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2009, p. 206).

Conforme Frank; Druck e Seligman-Silva apud Seligman-Silva et.al (2010, p. 187) “a precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho”, até mesmo daqueles que se encontram em situações estáveis de trabalho, tendo que lidar diariamente com a insegurança e a competição dentro do âmbito de trabalho, e com isso ocasionando o que se denomina pela autora Danièle Linhart apud Seligman-Silva et.al (2010, p. 187) de “precariedade subjetiva”.

É fato que essa forma precarizada de trabalho que tem se ampliado tem ocasionado não apenas o acréscimo de problemas físicos, mas principalmente mentais, em decorrência da pressão para o cumprimento de metas tão presentes na organização do trabalho, pois de acordo com Seligman-Silva et.al (2010, p. 190) “a manifestação de sintomas inespecíficos, como cefaleia, insônia e irritabilidade nos trabalhadores” são provenientes das condições de trabalho, pois

[...] A falta de enfrentamento das situações de trabalho que geram um processo de adoecimento físico e mental nos trabalhadores está relacionada com as atuais formas de organização financeira e produtiva, a implementação de novos mecanismos de gestão e a maneira como as avançadas tecnologias são utilizadas. [...] O trabalho na atualidade passou a exigir um maior envolvimento da subjetividade dos trabalhadores. Nesse contexto, o cotidiano laboral vem se caracterizando pela contradição entre discursos gerenciais bastante sedutores e práticas extremamente exigentes que tendem a enfraquecer a organização coletiva (SOUZA ; BERNARDO, 2019, p. 02 apud SARMENTO; CARMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 03-04).

Um outro fator que torna-se necessário enumerar nessa discussão refere-se ao fato de que na atual conjuntura permeada pelo alto índice de desemprego na sociedade leva o trabalhador “ a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas” (FERNANDES et al., 2018, p. 278 apud SARMENTO;

CAMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 02), na qual tais condições de trabalho contribuem no aparecimento de sintomas de ansiedade e depressão nos trabalhadores. Antunes (1999) apud Lourenço, Bertani (2007) corrobora com isso ao afirmar que

A precariedade das condições de trabalho manifestada na violação dos direitos trabalhistas, na insegurança do posto e do ambiente de trabalho, no aumento do ritmo da produção e das exigências (pressão) interfere na saúde dos(as) trabalhadores(as) e também no modo de agir, pensar, sentir e fazer ou, nas palavras de Antunes (1999, p. 15), na “subjetividade da classe trabalhadora”. (ANTUNES, 1999, p. 15 apud LOURENÇO, BERTANI, 2007, p. 124).

Conforme nossos estudos, tal quadro de precarização das condições de trabalho se alargou durante a pandemia da Covid-19³ em todos os âmbitos, mas principalmente no âmbito da saúde, de modo que segundo Sarmento; Camargo; Fagundes (2020) não houve a contratação e nem ampliação de profissionais que estavam na linha de frente de forma imediata para buscarem contornar a situação, fazendo com que houvesse sobrecarga de trabalho, pois “aqueles que passaram a atender todo tipo de demanda, acabaram ampliando as fontes de ansiedade, angústia e estresse físico e mental pelo fato das exigências serem superiores ao possível de ser realizado pelos profissionais” (SARMENTO; CAMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 05). O avanço da pandemia tem proporcionado a agudização de problemas mentais, pois

A pandemia causada pela Covid-19 tem afetado negativamente a Saúde Mental de profissionais de saúde, especialmente os que trabalham na linha de frente assistencial, pois lidam diariamente com o medo de se infectarem e infectarem os outros, a carência de equipamentos de proteção individual e a sobrecarga de trabalho. (DANTAS, 2020, p. 01).

Esse contexto não tem sido diferente no que diz respeito aos profissionais de Serviço Social nos espaços de trabalho de forma geral, mas principalmente na área da saúde, pois “tais condições influenciam o adoecimento de muitos profissionais, que ao longo da pandemia adquiriram problemas físicos e/ou mentais” (SARMENTO; CAMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 01), tais como o aumento de estresse e exaustão tanto fisicamente quanto psicologicamente, uma vez que

3 Conforme Dantas (2021), a Covid-19 é uma doença causada por um novo coronavírus (Sars-Cov-2) e que surgiu desde dezembro de 2019 na China, na qual se espalhou por todo o mundo a partir do ano de 2020. No caso brasileiro, “o primeiro caso da Covid-19 foi identificado em 25 de fevereiro de 2020 e, de acordo com o Ministério da Saúde, até o dia 10 de agosto de 2020 o Brasil registrava 3.057.470 casos confirmados e 101.752 óbitos”, dados que fizeram o país ocupar o segundo lugar em números absolutos no mundo (DANTAS, 2021, p. 02).

Desde o anúncio da pandemia de coronavírus (COVID-19) em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a população brasileira passou a enfrentar novas situações cotidianas materializadas no agravamento das expressões da questão social e na intensificação da precarização do trabalho, ampliando-se também o número de sujeitos em situações de vulnerabilidade e risco social. Sendo as expressões da questão social a matéria-prima do trabalho do (a) assistente social, exponenciaram-se também as demandas apresentadas nos espaços sócio-ocupacionais, agora, em parte, respondidas por meio de tecnologias de informação e comunicação digital, o que vem trazendo desconforto e insegurança profissional (SARMENTO; CAMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 01).

Em virtude desse cenário, muitos profissionais assistentes sociais têm adoecido, o que impacta de forma negativa não só a saúde como também o trabalho desses profissionais, tendo em vista “que é fundamental manter um equilíbrio na saúde, pois a saúde física acaba impactando na saúde mental do ser humano, assim como os problemas de saúde mental podem agravar problemas de saúde física” (SEGRE; FERRAZ, 1997 apud SARMENTO; CAMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 02).

Assim como todos os trabalhadores/as, os/as assistentes sociais na condição de trabalhador/a assalariado/a “vende sua força de trabalho especializado para os empregadores em troca de um equivalente expresso em uma forma monetária, um salário” (SARMENTO; CAMARGO; FAGUNDES, 2020, p. 02) para o suprimento de suas necessidades e estão susceptíveis as mais variadas formas de exploração e condições de trabalho. Trataremos do serviço social como trabalho especializado no próximo tópico para melhor compreensão dessa abordagem.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL COMO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

Com base em tudo que já foi exposto e explicitado ao longo desse trabalho, é necessário termos a compreensão de como é composta a classe trabalhadora hoje, havendo a necessidade de partir de uma concepção ampliada de trabalho, na qual “compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos/as trabalhadores/as manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 342).

Conforme já elencado, o trabalho é de suma importância para o desenvolvimento da práxis humana. É dele que provém a transformação do homem, ao usar a sua força

física ou intelectual, para a sua realização pessoal e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico.

Não obstante, iremos nos deter nesse tópico ao trabalho do/a assistente social, na qual por ser uma atividade liberal necessita de estatutos legais e éticos que a regulamente (IAMAMOTO, 2010). São diferentes empregadores que necessitam da venda da força de trabalho do/a assistente social: “o Estado, o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil” (IAMAMOTO, 2010, p.215). Dependendo da instância que o contrata, esse profissional pode determinar diferentes funções na sociedade. Dessa forma,

[...] os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2010, p.215)

Além dessas exigências, os empregadores mediam as relações com o trabalho coletivo que os profissionais executam. Diante disso, é que o/a assistente social se torna um/uma trabalhador/a assalariado/a e se integra ao grupo da classe trabalhadora. Com essa condição de trabalhador/a assalariado/a a mediação do mercado de trabalho presente na sociedade capitalista é a responsável pela compra e venda da força de trabalho para o recebimento do salário e, para que esta ação seja executada, a profissão é regulada por um contrato de trabalho, que apresenta, segundo Iamamoto (2010, p. 215) “dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores [...]”.

Como todo trabalho na sociedade capitalista provém da inter-relação entre empregador e empregado, sendo o primeiro o que desfruta da força do trabalho, e o segundo o que vende essa força de trabalho, há a presença do processo de mercadorização, que condiz com o processo de expansão capitalista que coloca tudo a favor dos interesses mercantis. Segundo Iamamoto (2010, p.215), no Serviço Social, a força de trabalho vendida pelo/a assistente social “contém as contradições típicas de toda mercadoria entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociedade capitalista. ”, pois

O desafio é incorporar e ir além da abordagem do trabalho do assistente social, enquanto trabalho concreto, isto é, de uma qualidade determinada, que satisfaz necessidades sociais [...] Isto porque o trabalho concreto só pode satisfazer necessidades sociais na medida em que pode ser trocado por qualquer outro tipo de trabalho privado útil, o que requer abstrair de sua particularidade e identificar nele algo comum: o fato de ser dispêndio de força humana de trabalho, isto é, trabalho humano social indistinto, portanto, valor [...] Impõe

incorporar na análise a outra dimensão desse trabalho especializado e dele indissociável: o fato de ser trabalho social médio, isto é, trabalho abstrato, considerando, portanto, sua inserção no universo do valor. É nesse universo que se estabelece o valor de troca dessa força de trabalho especializada – o salário do assistente social – parte do trabalho social médio, pensado na sua quantidade, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Lembre-se que a força só tem valor de uso para seu possuidor quando é valor de troca, isto é, quando é possível de ser trocada por dinheiro para satisfação de suas necessidades (IAMAMOTO, 2010, p. 257).

Iamamoto (2010) argumenta que com o/a assistente social a regra não foge no seu exercício profissional, pois ao ingressar no mercado de trabalho a sua força de trabalho é vendida por um salário, sendo o salário recebido equivalente ao valor de sua força de trabalho. Assim,

É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização da divisão do trabalho (IAMAMOTO, 2010, p.217-218).

É a partir dessa relação de compra e venda, segundo Iamamoto (2010), que o/a assistente social entrega ao seu empregador o valor correspondente a sua força de trabalho qualificada. Dessa forma, cabe aos empregadores o reconhecimento da qualidade dessa atividade e os meios pelos quais ocorre a sua efetivação.

Como toda profissão assalariada, o serviço social apresenta parâmetros que regulam as relações de trabalho, sendo esses parâmetros estabelecidos pelos empregadores. No contrato de trabalho se estabelece as condições nas quais o trabalho deve ser realizado, como “intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas” (IAMAMOTO, 2010, p.218).

Diante de um trabalho que muito exige do empregado, o/a assistente social está a todo tempo lidando com situações vivenciadas pelo coletivo de uma sociedade, incluindo indivíduos e suas famílias, que fazem parte da classe dominada. Diante da demanda do seu trabalho

O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendam as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potencializando-a em fóruns e espaços coletivos (IAMAMOTO, 2010, p.217-218).

Diante dessa tarefa o profissional precisa ter competência para o que lhe é exigido, sendo essa competência de caráter teórico-metodológica, pois ele precisa interpretar a

realidade na qual os sujeitos estão imersos e tecer fios que unam o contexto individual ao contexto coletivo, que leve em consideração o modo de vida das pessoas, o trabalho que elas executam e a cultura que convivem. Logo, a ação provém do olhar sensível que o profissional tem para essa realidade.

Além disso, o serviço social durante muito tempo foi visto como uma atividade sem nenhuma validade em si mesmo. As ações assistencialistas eram vistas apenas como benefício às classes subalternas, que eram chamadas da “clientela” do Serviço Social. Diante disso, a profissão foi denegrida durante muito tempo, pois ia contra a pregação das ideias dominantes (IAMAMOTO, 2010).

Assim, a profissão foi submetida, segundo Iamamoto (2010), a uma dupla armadilha: a primeira que polarizou o grupo em duas partes, sendo uma que favorecia aos ideários do poder dominante e outra que favorecia os segmentos sociais a quem se dirigia e a segunda armadilha diz respeito ao caráter assistencialista atribuído a profissão, que responsabilizava apenas o trabalho individual do profissional, sem levar em consideração toda a conjuntura na qual o serviço social se desenvolve.

Surgida por meio de diversas polêmicas, o Serviço Social emergiu no enfrentamento a pobreza, por meio das políticas sociais, de forma que o Serviço Social sempre agiu como mediador na intervenção do Estado com os mais excluídos da sociedade, buscando amparar essas pessoas a partir da assistência concreta de políticas reguladas a partir do Estado na vida social.

Segundo Yazbek (1993, p.53-55) apud Iamamoto (2010, p. 305), a assistência social abrange o “conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão”. Assim, percebe-se que as políticas sociais só existem na atualidade porque várias lutas foram travadas para a sua existência, dando aos pertencentes dos grupos subalternos espaços que antes eram desconhecidos na sociedade brasileira.

O serviço social surge nesse cenário de desigualdades como uma profissão que luta a cada dia contra a pobreza e a privação de direitos da população subalterna, vendo os pertencentes dessa classe como pessoas que falam, pensam e que necessitam ser vistas com outros olhares pela sociedade. Assim, a busca do/a assistente social é trabalhar com a resistência. Dessa forma,

Encontrando-se dependente de interesses das instâncias mandatárias que o contratam, o tom predominante que preside a atuação desse agente profissional é o do controle social, a partir das bases políticas determinadas, visto ter uma

autoridade delegada, um mandato não inteiramente definido, um mercado de trabalho pouco estruturado e a violência simbólica como marcas de sua intervenção (IAMAMOTO, 2010, p.309).

Portanto, é nesse cenário que o/a assistente social realiza a sua profissão, atuando como mediador entre Estado, instituição e classes subalternas, cuja finalidade principal parte do atendimento aos que necessitam da viabilização de direitos na sociedade. Logo, o cerne da profissão se encontra na imbricação entre Serviço Social e as políticas públicas de assistência social, em meio a todos os dilemas presentes no mundo do trabalho da sociedade capitalista. Diante disso, como já mencionado anteriormente, susceptível as mais variadas formas de exploração e consequentemente aquisição de problemas mentais, na qual abordaremos no tópico seguinte.

2.3 SAÚDE DO TRABALHADOR(A) E O TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

O campo da Saúde Mental tem passado por uma série de modificações no decorrer dos anos, tendo em vista que esta temática tem sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas e se torna relevante compreender como os transtornos mentais eram vistos antes dessas mudanças ocorrerem, para que a partir disso possamos analisar como estes são visualizados na contemporaneidade. Além disso, há a necessidade de fazer todo esse percurso para que depois se possa entender essa relação existente entre trabalho e saúde mental.

Dito isso, as pessoas que possuíam esses problemas eram completamente excluídas da sociedade, não possuindo direito algum. Amarante (1995) corrobora com essa afirmação, ao dizer que

A doença mental, objeto construído há duzentos anos, implicava o pressuposto de erro da Razão. Assim, o alienado não tinha a possibilidade de gozar da Razão plena e, portanto, da liberdade de escolha. Liberdade de escolha era o pré-requisito da cidadania. E se não era livre não poderia ser cidadão. Ao asilo alienista era devotada a tarefa de isolar os alienados do meio ao qual se atribuía a causalidade da alienação para, por meio do tratamento moral, restituir-lhes a Razão, portanto, a Liberdade (AMARANTE, 1995, p. 491).

Com isso, o asilo psiquiátrico foi o meio encontrado nesse período para que essas pessoas que não eram consideradas normais fossem colocadas lá, e após restituírem sua razão estes se tornariam sujeitos de direitos. Nisso, “o asilo psiquiátrico tornou-se assim

o imperativo para todos aqueles considerados loucos, despossuídos da Razão, delirantes, alucinados” (AMARANTE, 1995, p. 491).

Esse pensamento se manteve durante muito tempo, e foi a partir da década de 1970 que começou a haver mudanças quanto a isso, de modo que a antipsiquiatria criticava essa forma de pensar, tendo em vista que de acordo com aqueles que defendiam a institucionalização ao invés de ajudar aqueles considerados anormais, fazia o movimento contrário, ou seja, prejudicava ainda mais. Segundo Oliveira (2012) “a ideia de que o louco era primordialmente improdutivo, incapaz, inútil e perigoso era, acima de tudo, fabricada pelo sistema manicomial, e que, se conduzido de forma competente, o tratamento psiquiátrico poderia reverter quadros clínicos que, a ver da psiquiatria vigente, eram inevitavelmente cronicantes” (OLIVEIRA, 2012, p. 60).

Diante disso, quem deu início ao processo de desinstitucionalização dos manicômios foi Franco Basaglia, um psiquiatra italiano. Com base nos resultados obtidos em seus estudos e experiências, o movimento da Psiquiatria Italiana proporcionou no final da década de 1970 a deliberação da Lei 180, na qual a mesma proibia a construção de novos hospitais psiquiátricos no país, bem como a desativação dos já existentes (OLIVEIRA, 2012). Assim

O desdobramento da revolução Basagliana foi um projeto nacional para a saúde mental centrado na desinstitucionalização, em seu entendimento mais amplo (ROTELLI, 2001) e que contou com a construção de um sistema de rede, onde serviços substitutivos (aos manicômios), organizações comunitárias e cooperativas de trabalho tornaram-se os grandes motores de um processo de transformação social que propunha, em prática, um novo lugar social para a loucura, para a pessoa acometida de sofrimento psíquico, além de fortalecer as posições críticas que apontavam para uma nova compreensão sobre a produção, divulgação e manipulação do saber (e do poder) sobre saúde e doença mental (OLIVEIRA, 2012, p. 61).

Dessa forma, segundo Amarante; Nunes (2018) a Reforma Psiquiátrica Brasileira foi baseada na italiana, uma vez que teve início na década de 1970, e os primeiros movimentos relacionados a esse episódio se deu em razão das condições precárias dos hospitais psiquiátricos que foram notadas por profissionais recém-formados da época, na qual era um cenário totalmente composto de descaso e violência. Foi a partir de então que começou a haver movimentos reivindicando os direitos daqueles que apresentavam problemas mentais.

Sobre tais mudanças, “o primeiro momento diz respeito à constituição do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), primeiro sujeito coletivo com

o propósito de reformulação da assistência psiquiátrica. [...] O segundo termo, reforma psiquiátrica, só viria a ser utilizado na virada dos anos 1980 para 1990, no mesmo período em que o termo reforma sanitária começa a ser adotado” (AMARANTE; NUNES, 2018, p. 2.068).

Esse Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) surgiu no Rio de Janeiro, em 1978, que se tornou de extrema importância nas reformas direcionadas ao campo da saúde mental, sendo a porta de entrada para outros movimentos. Portanto:

O MTSM, num primeiro momento, organiza um teclado de críticas ao modelo psiquiátrico clássico, constatando-as na prática das instituições psiquiátricas. Procurando entender a função social da psiquiatria e suas instituições, para além de seu papel explicitamente médico-terapêutico, o MTSM constrói um pensamento crítico no campo da saúde mental que permite visualizar uma possibilidade de inversão deste modelo a partir do conceito de desinstitucionalização (AMARANTE, 1995, p. 492).

Assim, em 1979 foi realizado o I Congresso de Saúde Mental em São Paulo, organizado pelo MTSM, visando uma ampliação do mesmo. Já no ano de 1987 houve a concretização do II Congresso Nacional de Saúde Mental, em Bauru, e foi então que foi fundado o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, na qual contou com a presença de usuários e familiares, sendo esse episódio um grande avanço em relação a saúde mental, de modo que “a psiquiatria era agora, definitivamente, um assunto pertinente à sociedade civil como um todo e não mais apenas propriedade de profissionais, técnicos e gestores da saúde mental” (OLIVEIRA, 2012, p. 62).

Além disso, dois anos após o surgimento do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, ocorreram dois momentos considerados marcos significativos dessa luta, sendo que o primeiro foi a intervenção por parte da Prefeitura de Santos na Casa de Saúde Anchieta, que era um hospício privado que comportava mais de 500 pessoas internadas, e começou a se dar o fechamento do hospício, e em substituição desse modelo houve a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo que o primeiro deles foi instituído em São Paulo. Já o segundo momento foi que com a repercussão dessa intervenção feita pela referida prefeitura, houve o surgimento do Projeto de Lei Paulo Delgado, que tinha como objetivo extinguir o modelo psiquiátrico vigente e com isso substituir por outras modalidades assistenciais (AMARANTE, 2005). Com isso, Prazeres; Miranda (2005) afirmam que

O serviço substitutivo é um dispositivo de atenção em saúde mental que significa, entre outras coisas, a possibilidade de se cuidar do portador de

sofrimento mental sem retirá-lo totalmente de seu meio, bem como a facilidade maior do mesmo no acesso ao hospital psiquiátrico, principalmente a partir do momento em que este passou a ser a porta de entrada para internações hospitalares. Portanto, o serviço e o hospital fazem parte de um sistema cuja finalidade é a assistência ao portador de sofrimento mental (PRAZERES; MIRANDA, 2005, p. 205).

Ainda de acordo com o pensamento desses autores, “apontam firmemente a necessidade de que a atenção ao portador de sofrimento mental deve dar-se, prioritariamente, em serviços não hospitalares, que privilegiem a não internação do portador de sofrimento mental em hospitais psiquiátricos” (OMS, 2001, p.3 apud PRAZERES; MIRANDA, 2005, p. 200).

Diante de todos esses acontecimentos, em 06/04/2001 foi sancionada a Lei 10.216, conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica e nesse mesmo ano houve a III Conferência Nacional de Saúde Mental, de modo que tanto a Lei quanto essa Conferência contribuíram de forma relevante para que houvessem avanços no campo da saúde mental no SUS (AMARANTE; NUNES, 2018). Portanto, Oliveira (2012) reitera que

A este processo, que se caracteriza como um conjunto de ações coletivas, intersetoriais, com grande influência de profissionais de saúde mental e com a marcante participação de usuários e familiares das pessoas acometidas de transtornos psíquicos, nos referimos comumente como Reforma Psiquiátrica (RP). Esta, como outros processos ligados à melhoria da qualidade de vida, toma desde seu início contornos de movimento social, inserindo-se no panorama nacional como de cunho profissional, científico e político (AMARANTE; NUNES, 2018, p. 53).

Logo, em decorrência dos movimentos de Reforma no campo da Saúde e da Saúde Mental, o Movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira vai ganhando espaço e se fortalecendo, se solidificando na década de 1990 com tais movimentos. Assim, conforme afirma Pitta (2011, p. 4.585) “foi importante e decisivo para a consolidação de um projeto de saúde com pretensões de acessibilidade universal, reorientação da Saúde Mental no Brasil e a aprovação da sua Lei Federal 10.216/2001”.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira é considerada por Manuel Desviat apud Pitta (2011, p. 4.588) “[...] um dos mais frutíferos, promissores e vigorosos processos de transformação no campo da saúde mental e da psiquiatria no mundo”, trazendo avanços consideráveis para a referida área. Com isso, uma das principais contribuições para a Saúde Mental como um todo e particularmente para a Saúde Mental do trabalhador é o fato de que os transtornos mentais passam a serem vistos como algo muito presentes no

nosso dia-a-dia e se dão em razão de muitos fatores, dentre os quais estão o cotidiano profissional.

Segundo Navarro (2016) nos últimos anos tem se dado um aumento acentuado dos problemas de saúde tanto de ordem física quanto psíquica decorrentes das condições de trabalho, uma vez que estes vêm se agravando cada vez mais em razão da precarização e intensificação existentes.

Ainda sobre isso, Vasconcelos; Faria (2008) afirmam que “as condições de trabalho têm como alvo o corpo, enquanto que a organização do trabalho atinge o funcionamento psíquico” (VASCONSELOS; FARIA, 2008, p. 453). Além disso, de acordo com os autores esse crescimento de doenças tem se dado principalmente após o processo de reestruturação produtiva e avanço neoliberal, pois

O processo de reestruturação produtiva, a partir da década de 1990, com a adoção de novas tecnologias, métodos gerenciais e precarização das relações de trabalho (Faria, 2004), trouxe consequências ainda pouco conhecidas sobre a Saúde Mental do trabalhador, expressas através de “novas” doenças como, por exemplo, o Burnout e a LER/DORT (VASCONSELOS; FARIA, 2008, p. 455).

Com isso, estudos mostram que as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) são os tipos de doenças de ordem física mais frequentes relacionadas ao trabalho. Mas, em relação aos problemas psíquicos, de acordo com o campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMTR) há a existência de um leque deles, na qual “estão incluídos neste grupo: quadros depressivos; esgotamento profissional (Burnout); o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT); dependência de bebidas alcoólicas e outras substâncias (drogas ilegais e psicotrópicos)” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 239).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os problemas mentais são divididos em dois grupos, sendo aqueles que são denominados como menores e os que são considerados graves, na qual nesse primeiro caso atingem 30% dos/as trabalhadores/as e aqueles classificados como graves atingem entre 5% a 10% dos/as trabalhadores/as (BRASIL, 2001 apud SELIGMANN-SILVA et al., 2010). Mesmo tendo se passado muitos anos após a coleta desses dados, na atualidade não é diferente, pois os efeitos da pandemia no mundo do trabalho têm se tornado cada dia mais visíveis, na qual

cerca de 43% dos casos em que ocorre o afastamento se dá em decorrência de doenças mentais⁴.

É importante salientar que na maioria dos casos em que os/as próprios/as trabalhadores/as buscam tratamento para problemas de ordem física costumam identificar que as razões que os levam a adquirir essas disfunções são também responsáveis pelas de ordem psíquica, uma vez que “expressões como ‘ritmo alucinante’, ‘trabalho incessante’, ‘loucura’, ‘desespero’ são usadas com frequência pelos/as trabalhadores/as para expressar a intensidade do sofrimento provocado por essas características da organização do trabalho” (SATO; BERNARDO, 2005, p. 873).

Se de um lado tem aqueles que buscam tratamento, de outro há a existência do fenômeno do presenteísmo, na qual muitos deles mesmo doentes não revelam seus sintomas no trabalho pelo fato que temem perder o emprego e com isso só vai se agravando cada vez mais (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010). Segundo Vasconselos; Faria

Entre os contextos geradores de sofrimento estão: (a) a falta de trabalho ou a ameaça de perda de emprego; (b) o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não reconhecido; (c) situações de fracassos, acidente de trabalho ou mudança na posição hierárquica; (d) ambientes que impossibilitam a comunicação espontânea, manifestação de insatisfações e sugestões dos trabalhadores em relação à organização; (e) fatores relacionados ao tempo, o ritmo e o turno de trabalho; (f) jornadas longas de trabalho, ritmos intensos ou monótonos, submissão do trabalhador ao ritmo das máquinas; (g) pressão por produtividade; (h) níveis altos de concentração somada com o nível de pressão exercido pela organização do trabalho e (i) a vivência de acidentes de trabalho traumáticos (VASCONSELOS; FARIA, 2008, p. 455).

Diante disso, fica explícito que enquanto uma parcela expressiva da classe trabalhadora sofre com o desemprego, a outra parte que se mantém empregada vem sofrendo com a precarização do trabalho, de maneira que são obrigados a se submeterem a condições de exploração, longas jornadas de trabalho, pressão, dentre outras, e com isso vai adquirindo cada vez mais transtornos (NAVARRO, 2016). Além disso, nesse período de pandemia da covid-19 houve um agravamento desses distúrbios, em razão de todas as mudanças que passaram a existir no mundo do trabalho, principalmente no âmbito da saúde.

Dentre os profissionais da área da saúde, a categoria dos/as assistentes sociais também se manteve enquanto linha de frente no enfrentamento a pandemia da Covid-19,

4 <http://abet-trabalho.org.br/43-dos-casos-de-afastamentos-no-trabalho-sao-por-doencas-mentais/>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

na qual teve sua rotina totalmente alterada, pois segundo Lanza et al. (2021) esse contexto afetou desde o planejamento até a execução das ações profissionais, onde estes tiveram que buscar novas estratégias que se adequassem as circunstâncias do momento. Ainda segundo a autora

Dentre as principais alterações no exercício profissional, a realização de atendimentos sociais por telefone e de atendimentos presenciais com portas e janelas abertas, com distanciamento de no mínimo 2 metros, uso de máscara e uso de álcool, 70% foram assinalados por mais da metade dos sujeitos: 53,2% e 51,2%, respectivamente. Quanto às mudanças no funcionamento dos serviços, destacam-se a suspensão das atividades coletivas, declarada por 65% das/os profissionais; a redução das visitas domiciliares, indicada por 47,4%, a suspensão do atendimento presencial e realização de atendimentos remotos, assinalada por 36,5% dos sujeitos, e a redução do atendimento presencial com priorização do teleatendimento, marcada por 32,6% das/os assistentes sociais (LANZA et al., 2021, p. 128).

Conforme afirma Matos (2020) “está previsto no Código de Ética do/a Assistente Social: ‘participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades’” (CFESS, 2012 apud MATOS, 2020, p.3). É fato que esses profissionais vêm desde antes tendo que enfrentar desafios nos seus espaços de trabalho, desafios estes que tem se acirrado ainda mais durante esse cenário pandêmico, pois como bem afirma Figueiredo et al. (2020)

Ampliação de jornadas de trabalho; diminuição de profissionais nos campos de atuação; realização de atividades sem equipamentos de proteção individual e, conseqüentemente, risco eminente de contágio e, a imposição da necessidade de reinvenção da prática profissional, são algumas das repercussões que passaram a atingir o cotidiano profissional. (FIGUEIREDO et al., 2020, p.776).

Dessa forma, a questão da intensificação da jornada de trabalho tem sido motivo de debate entre vários estudiosos da área, uma vez que tem sido frequente a realização de plantões de 24 horas e de 12 horas de descanso, de modo que “põe em risco tanto a saúde de profissionais quanto a qualidade dos serviços prestados” (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p. 124).

Logo, o que se conclui sobre isso é que todas essas mudanças que tem se dado relacionadas ao trabalho interfere diretamente nas condições físicas e mentais desses profissionais

[...] uma vez que o desgaste adquirido na constante luta diária e nas superações a serem realizadas para a garantia de um trabalho que possua um resultado

eficaz, mesmo nas atuais condições contemporâneas de trabalho, que exigem um assistente social polivalente e aprisionado aos contextos desumanos impostos pelo trabalho – em tempos de pandemia, no acirramento do teletrabalho (CORREA; BARCELLOS, 2020, p. 14).

Portanto, fica evidente o quanto as condições de trabalho afetam a saúde tanto física quanto mental daqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para suprir suas necessidades, na qual após as mudanças impostas com a reestruturação produtiva a partir da década de 1970 houve um aumento ainda maior desses problemas, e após a disseminação do coronavírus agravou ainda mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso intitulado “Trabalho e Saúde Mental: um estudo bibliográfico sobre a saúde das/os assistentes sociais durante a emergência sanitária de COVID-19” buscou analisar se houve mudanças significativas no mundo do trabalho, especificamente em meio a pandemia da COVID-19.

Assim, foi necessário fazer todo um panorama desde a gênese do trabalho como fundante do ser social até se chegar na contemporaneidade para melhor compreensão dessa categoria. Dessa forma, ao longo desse trabalho ficou nítido que o trabalho surgiu para a satisfação das necessidades humanas, e que foi por meio dele que houve o salto ontológico, ou seja, o homem deixou de ser um ser natural e se tornou um ser social, na qual tal mudança só foi possível em meio a teleologia, ou seja, o processo pelo qual o homem adquire consciência e se diferencia dos demais animais. Desse modo, o trabalho surge em meio às necessidades dos sujeitos e acaba se tornando de extrema relevância para a sociedade.

Mas, seu sentido ontológico passa a apresentar um outro significado em meio a apropriação pelo modo de produção capitalista, pois esse passa a ter a mercadoria como objetivo central, na qual a busca incessante pela lucratividade e acúmulo de riquezas passa a se tornar seu maior objetivo, não lhe importando as necessidades humanas.

Assim, a mercadoria é composta por dois valores, sendo eles o valor de uso e o valor de troca, na qual o primeiro diz respeito a satisfação das necessidades humanas e o segundo referente a dinheiro, sendo esse último o mais importante para o modo de produção capitalista. Logo, a força de trabalho é tida como mercadoria e esta passa a ser vendida em troca de um salário para suprimento das necessidades.

Desse modo, conforme elencado ao longo desse estudo, a medida que há a construção de um ser mais refinado por meio do trabalho, há também a construção de um ser mais alienado, fazendo com que o trabalhador não se reconheça no produto por ele produzido. Nisso, o que antes era para satisfazer as necessidades, passa a ser objeto de alienação.

Com isso, o mundo do trabalho passou a ser permeado por uma série de transformações, com o surgimento de modelos de produção que visam explorar cada vez mais a força de trabalho. Tais mudanças passaram a se alastrar a partir da década de 1970 em razão da reestruturação produtiva, tendo como objetivo diminuir a quantidade de trabalhadores e ao mesmo tempo aumentar a quantidade de trabalho, tornando a classe trabalhadora ainda mais fragmentada, heterogeneizada e complexificada, segundo Antunes (2006).

Como o capitalismo não pode extinguir a classe trabalhadora, pois necessita dela para o acúmulo cada vez maior de riqueza, busca formas de explorá-la ainda mais. Com isso, essas mudanças no mundo do trabalho bem como as condições paulatinamente mais precarizadas, amplia-se as relações entre trabalho e adoecimento mental. Tal relação mostrou-se ainda mais alargada em meio ao contexto de pandemia da covid-19 que se iniciou em dezembro de 2019 e se espalhou por todo o mundo a partir de 2020, pois o novo coronavírus é uma doença respiratória, de fácil e rápida contaminação, identificado pela sigla SARS-CoV-2, que foi percebido pela primeira vez na China em dezembro de 2019 e tido como uma epidemia no país, já que estava crescendo o número de afetados. Não demorou muito e o vírus começou a se espalhar por todos os países, crescendo o número de casos de forma muito acelerada. Com isso, em março de 2020 a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia.

Como já foi mencionado, no Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado em fevereiro de 2020, e desde então só tem aumentado de forma exacerbada. Esse cenário pandêmico tem ocasionado mudanças na vida das pessoas em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito a saúde mental, tendo em vista que houve um crescente aumento de problemas mentais tanto em razão das condições de trabalho quanto em relação ao medo da doença e isolamento social.

Nisso, o trabalho que já se encontrava numa situação de extrema precarização resultante do modo de produção capitalista, se intensificou ainda mais. Houve aumento do desemprego, jornadas de trabalho prolongadas, perda de renda, acúmulo de funções, demissões, maior exploração, dentre outras. É importante ressaltar que em relação a saúde

mental, esta já era afetada em razão das condições precarizadas de trabalho, e com o surgimento da pandemia houve um aumento ainda maior de casos de depressão, estresse, compulsões, bipolaridade, tentativas de suicídio, dentre outros, pois segundo Teixeira et al. (2020), além do transtorno de ansiedade generalizada, verificou-se a presença desses transtornos mencionados anteriormente em razão da pandemia da Covid-19.

Se por um lado muitos trabalhadores foram obrigados a largarem seus postos de trabalho, outras categorias tiveram suas tarefas acentuadas e férias suspensas, principalmente os profissionais da área da saúde. Partindo desse pressuposto e direcionando para a área de Serviço Social, esse estudo buscou analisar se houve transformações significativas nesse espaço de trabalho da categoria.

Dessa forma, concluiu-se por meio dessa pesquisa que enquanto trabalhador assalariado que precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário, a categoria de assistente social teve sua saúde mental afetada em razão das condições de trabalho, pois não houve contratação nem ampliação dos quadros de profissionais de forma imediata, gerando sobrecarga de trabalho e com isso a aquisição de transtornos mentais, tais como: estresse, irritabilidade, cefaleia, insônia, ansiedade e depressão, sendo esses os mais recorrentes, tendo em vista que quando passaram a contratar mais profissionais da saúde foi de forma precarizada.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. **A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios.** *Ciência & Saúde Coletiva*. [online]. 2018, vol. 23, n.6, p. 2067- 2074.

AMARANTE, Paulo. **Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica.** *Cad. Saúde Pública*. [online]. 1995, vol. 11, no. 3 [citado 2007-03-08], p. 491-494.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.* [online]. 2004, v.25, n. 87, p. 335-351, maio/agosto.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. -11. ed.- São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. -2. ed.- São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. Biblioteca Básica de Serviço Social. - 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **Os fundamentos do debate sobre a formação profissional**. *Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho*. [online]. 2002. vol. 3, n. 1.

CORREA, Khyssela; BARCELLOS, Warllon de Souza. **Transformações no mundo do trabalho e suas incidências sobre a saúde do assistente social em tempos de pandemia**. *Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico*. [online]. 2020. vol. 6, n. 2, p. 1-19.

DANTAS, Eder Samuel Oliveira. **Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19**. [online]. *Interface: comunicação, saúde, educação*. 2021, n. 25, p. 1- 9.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FIGUEIREDO, Maria Clara de Oliveira et al. **Nota sobre os impactos da pandemia do coronavírus no trabalho dos/as Assistentes Sociais**. *Interfaces*. [online]. 2020, vol. 8, n. 3, p. 775-784.

FRANCA JUNIOR, Reginaldo Pereira. **A “odisséia” do ser social: O mundo do trabalho nas produções científicas no Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) __ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2018.

FRANCA JUNIOR, Reginaldo Pereira. **Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács**. R. *Katálysis.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 572-581, set. /dez. 2020 ISSN 19820259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6LjkBcBkGpT5BTKp8s5MBLw/?lang=pt> . Acesso em: maio de 2022.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais do trabalho precarizado**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. [online]. 2010. vol. 35, n. 122, p. 229-248.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. – 6. Ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **A Questão Social nas Décadas de 1920 e 1930 e as Bases para a Implantação do Serviço Social**. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

LANZA, Líria Maria Bettiol et al. **Exercício profissional do(a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia Covid-19.** *Temporalis*. [online]. 2021. n. 41, p. 119 – 135.

LESSA, Sérgio. **O mundo dos homens: Trabalho e ser social.** – 3. Ed. – São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **Trabalho, sociedade e individuação.** R. Trabalho, Educação e Saúde, v.4, n.2, p. 231-246, 2006.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de; BERTANI, Íris. **Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [online]. 2007. v. 115. n. 32, p. 121- 134.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2. Ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx; tradução Rubens Enderle.** – 2.ed.- São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, Maurílio. **A pandemia do coronavírus (Covid-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde.** Rio de Janeiro: Cress, 6 abr. 2020a. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

NAVARRO, Vera Lucia. **Precarização do trabalho e saúde do trabalhador.** *Coletiva*. [online]. 2016, n. 4.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da Questão Social.** In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Reforma psiquiátrica e atenção psicossocial: contextualização sócio histórica, desafios e perspectivas.** *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. [online]. 2012, vol. 4, n. 9, p. 52-71.

OURIQUES, Nildo. **Economia Marxista**. – Florianópolis : Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2009.

PITTA, Ana Maria Fernandes. **Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas**. *Ciência e Saúde Coletiva*. [online]. 2011, vol. 16, n. 12, p. 4.579 – 4.589.

PRAZERES, Paulo Sérgio dos.; MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. **Serviço Substitutivo e hospital psiquiátrico: convivência e luta**. *Psicologia: Ciência e Profissão*. [online]. 2005.vol. 25, n. 2, p. 198-211.

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social”. In: **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes; CAMARGO, Marisa; FAGUNDES, Helenara Silveira. **Serviço Social e Saúde Mental em tempos de pandemia: uma equação possível?**. Santa Catarina : Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2020.

SATO, Leny; BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem**. *Ciência & Saúde Coletiva*. [online]. 2005, vol. 10, n. 4, p. 869-878.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador**. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. [online]. 2010. vol. 35, n. 122, p. 187-191.

SILVA, Hiago Trindade de Lira. **No fio da meada: um estudo acerca da precarização do trabalho na indústria têxtil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) __ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2019.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. **Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19**. *Serviço Social & Sociedade*. [online]. 2021. n. 140, p. 118-133.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Trabalho, alienação e estranhamento: visitando novamente os “manuscritos de Marx”**. *GT: Trabalho e Educação/UFSC*, 2004, v.9

VASCONSELOS, Amanda de.; FARIA, José Henrique de. **Saúde mental no trabalho: contradições e limites**. *Psicologia & Sociedade*. [online]. 2008. vol.20. n. 3, p. 453-464.